

Demonstrações Financeiras

BPG GRU II Empreendimentos e Participações S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
BPG GRU II Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BPG GRU II Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 6 de setembro de 2024 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



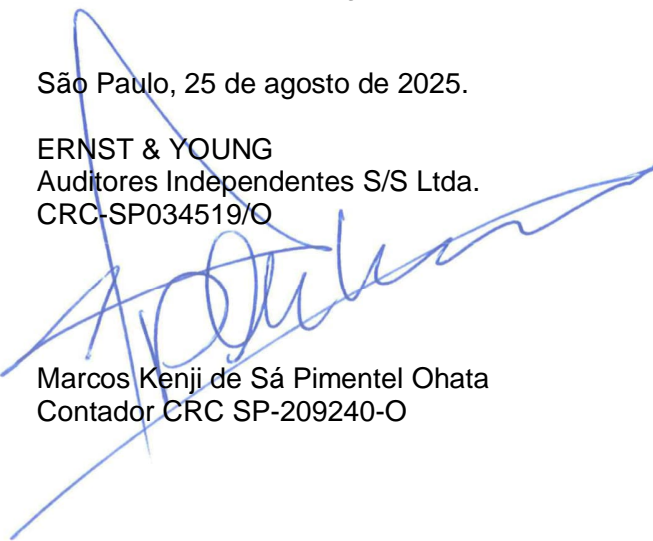
**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador CRC SP-209240-O

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.117	1.073
Contas a receber	5	554	498
Outros ativos		1	-
Total do ativo circulante		<u>3.672</u>	<u>1.571</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Propriedade para investimento	6	66.278	63.815
Total do ativo não circulante		<u>66.278</u>	<u>63.815</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>69.950</u>	<u>65.386</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	7	691	50
Impostos e contribuições	8	225	221
Valores a pagar - Aquisição de imóvel	9	1.124	11.288
Dividendos provisionados a pagar	12	4.429	2.974
Outros passivos		60	75
Total do passivo circulante		<u>6.529</u>	<u>14.608</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Valores a pagar - Aquisição de imóvel	9	-	1.030
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>1.030</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	12	49.200	40.200
Reserva legal	12	933	626
Reserva de lucros	12	13.288	8.922
Total do patrimônio líquido		<u>63.421</u>	<u>49.748</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>69.950</u>	<u>65.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacional líquida	13	7.512	7.244
Custos de operações	14	(252)	(241)
Lucro Bruto		7.260	7.003
Despesas gerais e administrativas	15	(398)	(405)
Lucro antes do resultado financeiro		6.862	6.598
Receitas financeiras	16	139	91
Despesas financeiras		(2)	(5)
Resultado financeiro líquido		137	86
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.999	6.684
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(871)	(825)
Lucro líquido do exercício		6.128	5.859
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,14	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	6.128	5.859
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>6.128</u>	<u>5.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>33.500</u>	<u>333</u>	<u>4.748</u>	<u>38.581</u>
Aumento de capital social	12	6.700	-	-	6.700
Lucro líquido do exercício	12	-	-	5.859	5.859
Constituição de reservas	12	-	293	(293)	-
Dividendos	12	-	-	(1.392)	(1.392)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>40.200</u>	<u>626</u>	<u>8.922</u>	<u>49.748</u>
Aumento de capital	12	9.000	-	-	9.000
Lucro líquido do exercício	12	-	-	6.128	6.128
Constituição de reservas	12	-	307	(307)	-
Dividendos	12	-	-	(1.455)	(1.455)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>49.200</u>	<u>933</u>	<u>13.288</u>	<u>63.421</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.128	5.859
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	(56)	(46)
Fornecedores e outras contas a pagar	(41)	56
Impostos e contribuições pagos	3	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>6.034</u>	<u>5.869</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Custos incorridos as propriedades para investimentos	(1.411)	(656)
Valores pagos - aquisição de propriedade para investimento	(11.579)	(11.896)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(12.990)</u>	<u>(12.552)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.000	-
Aumento de Capital Social	-	6.700
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	<u>9.000</u>	<u>6.700</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.044</u>	<u>17</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial do exercício	1.073	1.056
Saldo final do exercício	3.117	1.073
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.044</u>	<u>17</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A BPG GRU II Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “BPG GRU II”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 15º andar, Parque da Cidade, Torre Paineira (B2), Vila Gertrudes, foi constituída em 29 de abril de 2021 e iniciou suas atividades em 09 de julho de 2021, e tem por objeto social a exploração do ramo de incorporação imobiliária, compra e venda de bens imóveis comerciais, prontos ou a construir, terrenos ou frações ideais, a locação de imóveis, a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionistas, no país ou no exterior (holding). A BPG GRU II possui uma filial localizada na cidade Guarulhos, Estado de São Paulo. Seu exercício social encerra-se em 31 de dezembro.

O BPG III Logístico Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Logístico” ou “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado detém 100% das ações da Companhia. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de maio de 2021 e iniciou suas operações em 14 de agosto de 2021, com prazo de duração de dez anos e destinado exclusivamente a investidores profissionais nos termos e condições da CVM com objetivo de investir em sociedades de investimento que, direta ou indiretamente detenham, operem, desenvolvam ou administrem ativos de infraestrutura.

Plano da administração de liquidez e fluxo de caixa da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras da Companhia apresentaram o capital circulante líquido negativo de R\$ 2.857, representado substancialmente pelos dividendos a pagar.

As normas contábeis requerem que, ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro. Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia captou de forma subsequente um empréstimo no montante de R\$ 51.059, com vencimento em 13 de junho de 2029. Assim, concluiu que é adequada a utilização de pressupostos de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2. Base de apresentação e principais políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir, exceto as aplicações financeiras que são atualizadas a valor justo.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Nota explicativa 6 - Propriedade para investimento: mensuração do valor de justo para fins de impairment.

Nota explicativa 11 - Provisões para riscos: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

c) Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora e suas controladas.

As principais políticas contábeis materiais adotadas estão descritas a seguir.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Provisões para riscos

As provisões para processos de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base na melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando o risco e incerteza nas opiniões do Departamento Jurídico interno,

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.5. Contas a receber

Valores de locação de imóvel comercial a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano. A Companhia não possui contratos de locação com componentes variáveis.

2.5.1. Provisão para perdas de crédito esperadas

Mensalmente a Companhia analisa do contas a receber e verifica faturas em atraso para a realização da provisão de perda estimada dos aluguéis. Em atendimento ao CPC 48, ao final do exercício essa análise é revisada com base no histórico de contas a receber versus os saldos em atraso de clientes.

2.6. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Companhia é proprietária de imóveis, localizado na cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo, que será mantido para rendimento de locações e para valorização. Os imóveis não serão ocupados pela Companhia.

A Administração reconhece a propriedade para investimento através do método de custo menos a sua depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e prestadores de serviços e compra de materiais diretamente relacionados as obras relativas à construção, revitalização e manutenção dos imóveis.

2.8. Valores a pagar – Aquisição de imóveis

Se referem à valores a pagar de aquisição de imóveis, conforme escritura pública de compra e venda do imóvel. Os valores da correção são adicionados ao valor do custo dos imóveis, conforme CPC 28.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

2.10. Impostos

2.10.1. Impostos correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, o qual a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre venda de mercadoria (12% para contribuição social) e de 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

i. Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

ii. Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém, substancialmente, todos os riscos

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

2.12. Lucro básico e diluído por ação

Conforme CPC 41 - Resultado por ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Não houve afetação do resultado por ação com relação a quaisquer instrumentos financeiros assumidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

2.13. Receita de Aluguel

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia avaliou seus contratos na data-base e não identificou contratos com diferença entre a vigência dos contratos de locação e os períodos de pagamentos, de tal forma que não houve a contabilização de "linearização" de receitas de locação para serem reconhecidas de forma linear.

3. Novas normas, revisadas e interpretações emitidas:

3.1. CPCs novos e alterados em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia avaliou uma série de alterações aos CPCs/IFRSs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Data efetiva	Novas normas ou alterações
01 de janeiro de 2024	Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.2. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis e revisadas

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Data efetiva	Normas emitidas, mas não vigentes
01 de janeiro de 2027	<p>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.</p> <p>A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (<i>primary financial statements</i> (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p>

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e exercícios comparativos.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	1	1
Aplicações Financeiras	<u>3.116</u>	<u>1.072</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.117</u></u>	<u><u>1.073</u></u>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam representadas, substancialmente, por operações compromissadas lastreadas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e remuneradas a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou o montante de R\$554 a receber relativo a contratos de aluguel (R\$498 em 2023). Os contratos vigentes são atualizados anualmente pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) ou IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	36	35
GDO Participações Ltda	400	350
NNP Participações e Serviços de Estacionamento Ltda	<u>118</u>	<u>113</u>
Total contas a receber	<u><u>554</u></u>	<u><u>498</u></u>

A companhia realiza a análise do contas a receber e verifica faturas vencidas para a realização da provisão de perda esperada dos aluguéis com atraso superior a 360 dias. Em atendimento ao CPC 48, ao final do exercício essa análise é revisada com base no histórico de contas a receber versus os saldos em atraso de clientes. No exercício de 2024, com base no CPC 48, a Companhia não constituiu provisão para perda esperada, pois, conforme análise do histórico de inadimplência de seus locatários, não há expectativas de perdas.

6. Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária de um imóvel do Distrito de Guarulhos, Estado de São Paulo, conforme matrícula 147.345 do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, no valor de R\$51.354 pagos aos vendedores mediante pagamento à vista de R\$17.586 e o saldo restante de R\$33.768 por meio de 42 notas promissórias.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é representada da seguinte forma:

	Saldo 31/12/2022	Adições	Saldo 31/12/2023	Adições	Saldo 31/12/2024
Terrenos	57.551		57.551	-	57.551
Obras em andamento (a)	417	1.457	1.874	2.078	3.952
Juros capitalizados (b)	3.436	954	4.390	385	4.775
Total	<u>61.404</u>	<u>2.411</u>	<u>63.815</u>	<u>2.463</u>	<u>66.278</u>

(a) Custos com o desenvolvimento das obras para construção e viabilização de novos galpões.

(b) Valores referente a juros capitalizados sobre parcelas de aquisição do terreno

A propriedade para investimentos é representada por uma area total de 90.940 metros quadrados, sendo (i) 84.743 metros quadrados de área não edificada e utilizados para fins de estacionamento e (ii) 6.197 metros quadrados destinados a restaurante e estacionamento.

Em 31 de dezembro de 2024, a propriedade para investimento da Companhia era representada pelo custo no montante R\$66.278 (R\$63.815 em 2023). O custo líquido de aquisição já considerava a depreciação integral das edificações destinadas ao posto de combustíveis, considerando o tempo de uso no período em que era propriedade dos vendedores do imóvel. Na área destinada ao restaurante não houve depreciação a registrar, devido todas as benfeitorias nas edificações terem sido implementadas pelo atual locatário.

Adicionalmente, a Companhia considerou como valor justo das propriedades para investimento o montante de R\$167.121 (R\$160.684 em 2023) com base nas condições de mercado suportadas por avaliação externa elaborada por empresa terceira especializada neste tipo de análise através do método de Fluxo de Caixa Descontado.

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação em 2024:

Exercício	Empreendimento	Área Locável (m ²)	Taxa média de desconto real	Cap rate	Taxa de ocupação	Taxa de crescimento real na perpetuidade
2024	Parque logístico Guarulhos II	74.502	9%	8%	100%	2%
2023	Parque logístico Guarulhos II	74,502	8%	8%	100%	1%

7. Fornecedores a pagar

Os fornecedores são representados principalmente por prestadores de serviços de obras na propriedade para investimento da Companhia no valor de R\$ 691 em 2024 (R\$ 50 em 2023).

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	23	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	202	197
Total	<u>225</u>	<u>221</u>

9. Valores a pagar – aquisição de imóveis

Conforme escritura pública de compra e venda do imóvel, foi ajustado com o vendedor que o saldo de R\$33.768 será pago em 42 parcelas, por meio de notas promissórias no valor de R\$804 cada uma com primeiro vencimento em 30 dias contados da data da escritura, todas corrigidas pela variação positiva do IPCA/IBGE, sendo que na ausência deste índice será aplicado o IGPM/IBGE.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos valores a pagar por aquisição de imóveis é representada pelas seguintes parcelas de curto e longo prazo:

Ano	Saldo anterior	Parcelas	Parcelas pagas	Juros provisionados	Montante amortizado	Saldo(R\$)	Saldo parcelas
2021	33.678	42	5	1.594	(4.142)	31.220	37
2022	31.220	37	12	1.835	(10.595)	22.460	25
2023	22.460	25	12	1.890	(12.032)	12.318	13
2024	12.318	13	12	385	(11.579)	1.124	1
						<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante						1.124	11.288
Não circulante						-	1.030
Total						<u>1.124</u>	<u>12.318</u>

10. Partes relacionadas

Em 04 de novembro de 2021, foi celebrado contrato de prestação de serviço de consultoria imobiliária entre a Companhia e a Brookfield Properties Brasil Realty Administrações de Imóveis Ltda. "Realty", com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, cuja remuneração calculada trimestralmente e equivalente entre a 3,5% (três e meio por cento) apurada sobre o resultado operacional líquido (NOI) e com relação a Gestão das obras de construção dos Ativos o montante de 4,5% (quatro por cento) de todos os custos incorridos para construção de cada Ativo Alvo.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, foram registradas taxas no valor de R\$25 (R\$ 63 em 2023) relativos à taxa de gestão de obras e R\$252 (R\$241 em 2023) relativo à consultoria imobiliária.

Remuneração dos Administradores

A Administração não exerceu o direito de recebimento de remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

11. Provisões para riscos

A Companhia constitui provisões para riscos levando-se em conta apenas os processos classificados pela Administração como prováveis de perda com base na opinião de seus assessores jurídicos e provisões integrais relacionadas às obrigações legais cuja legalidade vem sendo questionada pela Companhia. Nenhuma contingência envolvendo a Companhia possui estas características, motivo pelo qual não há provisão registrada nas demonstrações financeiras.

Não existem processos com probabilidade de perda possível ou remota sendo movidas contra a Companhia.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$49.200 (R\$40.200 em 2023 e está representado por 49.200 (40.200 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de janeiro de 2023, foi celebrado o Instrumento Particular para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$300.

Em 13 de fevereiro de 2023, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$6.300 mediante a capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital de R\$300 e R\$6.000 mediante a integralização em moeda corrente nacional, passando o capital de R\$33.500 para R\$39.800, com conseqüente emissão de 300 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 12 de dezembro de 2023, foi celebrado o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$400.

Em 29 de dezembro de 2023, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

aumento de capital social da Companhia, mediante a integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$400, passando o capital de R\$39.800 para R\$40.200, com consequente emissão de 400 novas ações ordinária nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de janeiro de 2024, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, mediante integralização em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$40.200 para R\$49.200

b) Destinação do resultado do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, destinar-se-ão, sucessivamente e nesta ordem:

- 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social.
- 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Atendida a distribuição prevista acima, o saldo, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observados os ditames legais sendo que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro no exercício de R\$6.128 (R\$5.859 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 foram registrados R\$307 (R\$293 em 2023) para reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2024 foi aprovado o provisionamento de dividendos no montante de R\$1.455 (R\$1.392 em 2023).

c) Resultado por ação

Conforme CPC 41 - Resultado por ação, o cálculo do resultado básico e diluído por ação consiste na razão entre o resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

A seguir, a demonstração do cálculo do resultado Básico e Diluído por Ação e Dividendo por Ação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício/ período	6.128	5.859
Média ponderada de ações ordinárias	44.700	38.970
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,14</u>	<u>0,15</u>

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

13. Receitas de aluguel

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta de aluguel	7.797	7.518
PIS e COFINS	<u>(285)</u>	<u>(274)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>7.512</u>	<u>7.244</u>

14. Custo de operações

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Taxa Realty	<u>(252)</u>	<u>(241)</u>
Custo de Operações	<u>(252)</u>	<u>(241)</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com imóvel	(329)	(332)
Consultorias gerais e administrativas	<u>(69)</u>	<u>(73)</u>
Total	<u>(398)</u>	<u>(405)</u>

16. Receitas financeiras

As receitas financeiras de R\$139 (R\$91 em 2023) da Companhia são representadas pelos rendimentos decorrentes de investimentos em aplicações financeiras CDB-DI.

17. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados através de 'lucro presumido'. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: i) 32% (locação) do faturamento da Empresa acrescido de 100% das outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e ii) 32% da mesma base tributável para fins de contribuição social.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

o lucro presumido tributável.

Base de cálculo IRPJ/CSLL - Lucro Presumido	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta de aluguéis	7.797	7.518
(x) alíquota de presunção	32%	32%
(=) Base de cálculo sobre receitas de aluguel	2.495	2.406
(+) Receita financeira	139	91
(=) Base de cálculo	2.634	2.497
(=) Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL		
Expectativa de IRPJ - a alíquota de 15%	(395)	(374)
Expectativa de IRPJ - a alíquota de 10%	(239)	(226)
Expectativa de CSLL - a alíquota de 9%	(237)	(225)
(=) Despesa de imposto de renda e contribuição social	(871)	(825)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras com boas classificações de riscos ("rating") e em títulos de curto prazo. O risco de crédito é minimizado, pois os contratos de aluguel foram celebrados com cliente que possui boa situação financeira para honrar esse compromisso de longo prazo. Os principais riscos financeiros são:

17.1. Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita se divide em dois grupos: crédito bancário (aplicações financeiras) e crédito a clientes.

No que concerne ao risco de crédito bancário, existe um comitê financeiro na Companhia que determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações somente nos bancos de com boa classificação de "rating", nacionais ou estrangeiros. A Companhia possui apenas três locatários de seu imóvel comercial e monitora, permanentemente, o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

BPG GRU II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

17.2. Risco de taxa de juros

As receitas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras.

A Companhia procura reduzir estes riscos por meio da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas.

17.3. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, de forma a manter uma sólida estrutura de capital e minimizar o risco derivado de saídas de caixa imprevistas ou intempestivas. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

Categoria dos instrumentos financeiros	2024	2023
<u>Ativos financeiros</u>		
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.117	1.073
Contas a receber	554	498
<u>Passivos financeiros</u>		
Custo amortizado:		
Contas a pagar	691	50
Valores a pagar - aquisição de estoques	1.124	12.318

19. Eventos subsequentes

Em 13 de junho de 2025 foi assinado Termo de emissão de Notas Comerciais Escriturais, celebrado entre a Companhia e Vortx, no montante de R\$51.059 com vencimento em 13 de junho de 2029, cuja remuneração é de CDI + spread de 1,58%a.a. pagos semestralmente e amortização do principal no vencimento.

Em 20 de junho de 2025, foi deliberado através da Ata de Assembléia Geral Extraordinária, redução de capital no valor de R\$30.000.

20. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 25 de agosto de 2025.